

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

Relatório 27¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

10 de junho de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 26)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 3 informações, com destaque para a informação 01 – Comissão Especial da Reforma Administrativa é instalada.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – tramitação do dia 09/6.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados atualizados (até 09 de junho) da enquete relativa à PEC.

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Comissão especial da reforma administrativa é instalada; Arthur Oliveira Maia será o relator

Líderes da oposição e entidades representativas do serviço público pedem a suspensão da tramitação da proposta

09/06/2021 - 17:15

A Câmara dos Deputados instalou nesta quarta-feira (9) a comissão especial que vai analisar a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)). O deputado [Fernando Monteiro \(PP-PE\)](#) foi eleito presidente do colegiado, com 17 votos favoráveis e dois votos em branco. O deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#) foi indicado relator da matéria.

O prazo para o relator proferir seu parecer será de até 40 sessões da Casa, contadas a partir de hoje. O prazo para apresentação de emendas será de 10 sessões, contadas a partir de quinta-feira (10). Cada emenda terá de ser assinada por 171 deputados.

A comissão especial terá [34 membros titulares e igual número de suplentes](#).

A proposta de emenda à Constituição que trata do tema restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. A [PEC teve sua admissibilidade aprovada](#) pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) no fim do mês passado. Após ser analisado pela comissão especial, o texto ainda será votado em dois turnos no Plenário e, para ser aprovado, precisará do apoio, em cada um deles, de pelo menos 308 votos dos 513 deputados.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Diálogo

Fernando Monteiro disse que vai conduzir os trabalhos com imparcialidade. "Não seremos nem governo, nem oposição, mas promotores do diálogo, em um debate amplo, franco e aberto", declarou. "Meu compromisso é com o povo brasileiro, com o servidor público e com o cidadão que paga seus impostos e quer um serviço de qualidade, afinal a carga tributária que incide sobre

ele é de 33,17% do PIB", continuou. Segundo ele, é consenso na sociedade brasileiro que haja mudança no serviço público. "A população está insatisfeita, o próprio servidor está insatisfeito."

O presidente do colegiado acrescentou que todos os interessados serão ouvidos, e que o foco principal será a aprovação de uma "reforma cidadã", que atenda aos interesses do público, da população, e não exclusivamente do governo ou dos servidores. "Não será, certamente, a reforma que desejamos, mas a reforma possível", destacou. "Vamos manter os atuais direitos da maioria dos servidores públicos, ao mesmo tempo que atualizaremos a legislação para permitir a modernização do Estado", completou.

Já o relator, Arthur Oliveira Maia, disse que a matéria é a principal em tramitação na Casa. Ele apontou que o modelo atual da administração pública foi moldado na Constituição e "no afã de fazer a negação da ditadura, cometeu excessos". Na visão dele, hoje vigora "um Estado bastante amarrado, com dificuldade de gestão, pouca flexibilidade e que tem trazido prejuízos ao serviço público". Ele lembrou que em 1998 houve uma tentativa de reforma, sem grandes avanços, e que agora há uma oportunidade de modernizar o Estado.

"O pior pecado que poderemos cometer será transformar o debate em disputa entre defensores do funcionalismo público e os inimigos do serviço público. Todos os parlamentares têm a tarefa de qualificar o serviço público no Brasil", avaliou. Para ele, o Estado se transformou em sinônimo de inércia, de incompetência.

Entre os temas que serão debatidos, citou a cláusula de desempenho, estabilidade dos servidores, a manutenção de cargos em confiança e comissão. "Temos de fazer um debate que bote o dedo na ferida", acrescentou.

Discordâncias

Vice-líder do PT, o deputado [Rui Falcão \(SP\)](#) afirmou que espera que o diálogo seja de fato promovido e salientou que não considera a reforma administrativa prioridade. "Mais urgentes seriam políticas que assegurem o auxílio emergencial de pelo menos R\$ 600 e acelerar a vacinação, além de políticas de emprego para a população e acabar com a fome, que voltou ao mapa do Brasil", argumentou. "Seria importante uma reforma tributária que taxasse as grandes fortunas, os lucros e dividendos, as heranças para prover o Estado de maiores recursos para o serviço público", opinou.

Ele disse discordar da ideia de que o servidor público é inimigo da população, e a dedicação atual dos servidores do Sistema Único de Saúde (SUS) seria a prova disso. O parlamentar negou que o Estado brasileiro seja inchado e mencionou que, comparativamente com outros países, há inclusive carência de pessoal. Além disso, criticou quem diz que os servidores são privilegiados, destacando que 57% deles recebem até três salários mínimos. Porém, observou, que mais de mil servidores ganham mais de R\$ 60 mil.

Vice-líder do PSB, o deputado [Bira do Pindaré \(MA\)](#) também não concorda com a discussão da reforma em momento de pandemia e disse que a proposta é baseada em mentiras. "A maior despesa do Brasil não é com o serviço público, mas com a dívida pública, é o dinheiro que está indo para o bolso dos banqueiros, dos rentistas."

Líderes da oposição e entidades representativas do serviço público entregaram ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um abaixo-assinado pedindo a suspensão da tramitação da reforma administrativa.

Atuais servidores

A deputada [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#) afirmou que ouviu do presidente Lira o compromisso de que nenhum direito adquirido será arranhado.

O compromisso de não mexer nos direitos dos atuais servidores foi confirmado pelo deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#), vice-líder da Maioria. Segundo ele, o compromisso é não apenas de Arthur Lira, como do presidente da República, Jair Bolsonaro, do ministro da Economia, Paulo Guedes, e da base do governo na Câmara.

Darci apoia mudanças no texto para manter o estágio probatório para as carreiras típicas de Estado, como policiais e auditores. Ele também rechaçou a previsão de demissão do servidor por colegiado em segunda instância. "É outra questão que tem eco na Câmara dos Deputados", comentou. Ele concorda que a reforma "atinga todos, inclusive os diplomatas, os ministros e os parlamentares".

O deputado [Kim Kataguiri \(DEM-SP\)](#) informou que colhe assinaturas para apresentar uma emenda para incluir o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e militares no texto, além de outras três alterações que, conforme ele, terão o objetivo de combater privilégios. "A reforma administrativa tem de começar pelo topo, senão não é reforma, é rasteira na base do serviço público".

Coordenador da Frente Parlamentar de Reforma Administrativa, [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#) acredita que na aprovação da PEC, com mudanças, mas avalia que a proposta será apenas o primeiro passo para a reforma administrativa de fato. De acordo com ele, outros projetos de lei serão necessários para complementá-la, como uma lei para pôr fim aos supersalários.

Próxima reunião

A comissão especial voltará a reunir na quarta-feira (16), às 14h30, para a apresentação do plano de trabalho, deliberação de requerimentos e eleição dos vice-presidentes.

Reportagem - Lara Haje - Edição - Marcelo Oliveira - Fonte: Agência Câmara de Notícias

Informação 02 – Campanha diga não à Reforma Administrativa – campanha da CUT e seus sindicatos



O governo diz que essa reforma combate privilégios, mas a verdade é que ela ataca nossos direitos e acaba com as políticas sociais e os serviços públicos brasileiros.

Sua participação é fundamental para mudar o voto dos parlamentares. No site "Na Pressão" você tem a lista dos membros da CCJ e os links para suas redes sociais. Deixe lá seu recado: "Deputado, quem votar pelo fim dos serviços públicos brasileiros não volta em 2022".

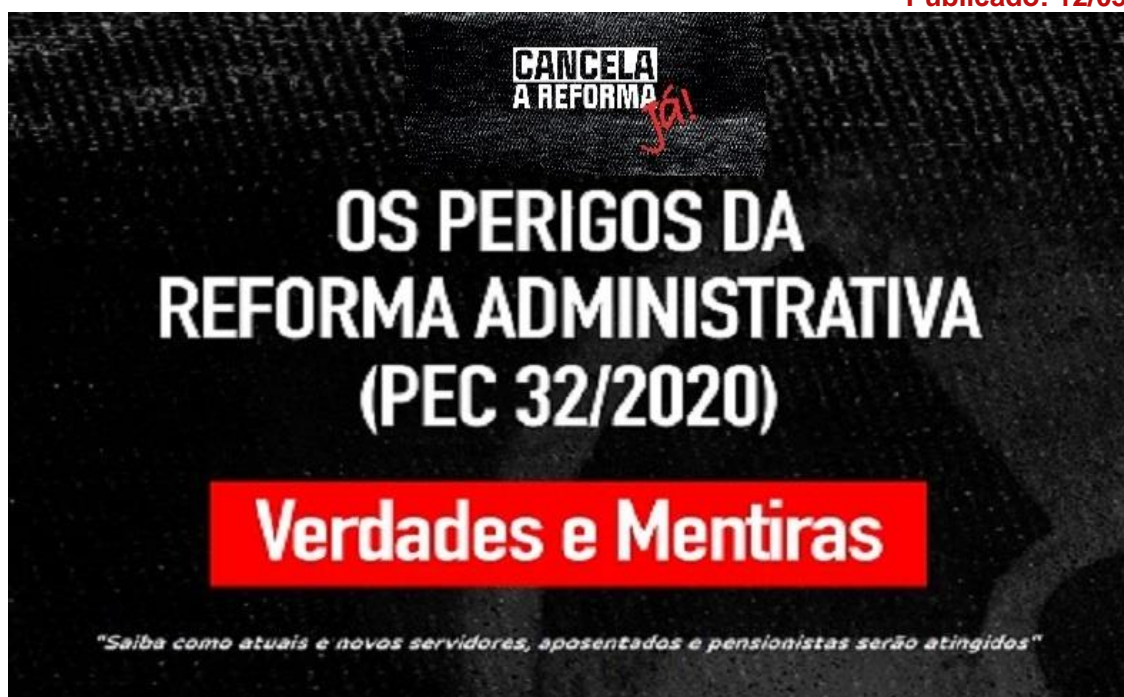
<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-a-reforma-administrativa>

Compartilhe. Vamos lutar por mais e melhores serviços públicos!

Informação 03 – **Cartilha detalha verdades e mentiras contidas na reforma Administrativa**

O material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos

Publicado: 12/05/2021



Condsef/Fenadsef

Quais as verdades e mentiras contidas na Reforma Administrativa (PEC/32) que a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro não quer que a sociedade saiba? Pensando em responder sobre como a reforma vai afetar negativamente a vida de todos, a campanha "Cancela a Reforma" disponibilizou uma cartilha que detalha os retrocessos que a PEC 32/20 trará caso seja aprovada no Congresso Nacional.

Intitulada “*Os perigos da Reforma Administrativa (PEC 32/20): verdades e mentiras*”, o material detalha como os atuais e novos servidores, aposentados e pensionistas serão atingidos pela mudança nos direitos desses trabalhadores, e como ela vai afetar diretamente os serviços prestados aos cidadãos.

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, explica que um dos principais pontos a serem esclarecidos é que, diferente do que é veiculado na mídia, o governo mente ao afirmar que “a reforma é necessária para fazer o Brasil voltar a crescer e que ela vai corrigir injustiças”.

A cartilha mostra que a principal verdade que deve ser posta a todos é que “a proposta representa a desorganização do serviço público, tirando do Estado atribuições fundamentais no atendimento à população e abrindo espaço a privatizações de áreas essenciais, entrega da saúde e da educação para Organizações Sociais, fim dos concursos públicos para grande parte dos cargos, apadrinhamento no preenchimento das vagas e quebra da estabilidade facilitando a perseguição política e a pressão das chefias para cumprimento de ordens indevidas ou ilegais”.

Subsidiariedade: setor privado manda

Outro ponto crucial é que ela vai afetar até mesmo a saúde e a educação das crianças, uma vez que serviços públicos como Saúde e Educação deixarão de ser obrigação do Estado e direito da população. “A PEC 32/2020, de Bolsonaro e Guedes, introduz entre os princípios da administração direta e indireta descritos no Art. 37 da Constituição Federal o da subsidiariedade. Ou seja, o Estado passa a ser complementar ao que o setor privado não pode ou não quer atender”, explica a cartilha.

Servidores públicos dos estados e municípios devem se juntar a luta contra a aprovação da reforma, uma vez que ela “se aplica a todo o serviço público do país: à “administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 37 da PEC 32/2020)”.

Todos os servidores serão atingidos. O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos e sua maior parte é constituída de servidores municipais, quase 6 milhões (62,4%), seguida de 3 milhões de servidores estaduais (30,8%), de acordo com dados do IBGE de 2016.

A proposta vai afetar todos os brasileiros, e não apenas os servidores públicos, como o governo defende.

Quais os impactos na Magistratura e Militares?

Enquanto o ministro da Economia Paulo Guedes persegue os trabalhadores que atuam na ponta do serviço público, como professores e enfermeiros, ele poupa os profissionais da magistratura. Ou seja, juízes, procuradores e promotores, cujas “vantagens” são mais recorrentes, maiores e servem para assegurar pagamentos acima do teto do funcionalismo não estão contidos na reforma.

Guedes também deixou os militares de fora da reforma. Enquanto determina várias vedações e perdas de direitos para o pessoal civil, a reforma amplia, por exemplo, a possibilidade de acumulação de cargos civis por militares (já incluídos policiais militares e bombeiros militares), notadamente no magistério. Esse não é o primeiro agrado feito pelo governo Bolsonaro aos militares. Eles também foram poupados na reforma da Previdência.

Acesse e leia a cartilha completa:



**ACESSE NOSSA
CARTILHA**

*Fique por dentro dos
perigos da reforma
Administrativa
PEC 32/20*

*A Reforma Administrativa
faz mal ao Brasil*

*Nos siga nas redes:
@cancelaareforma*

>>Os perigos da reforma Administrativa: verdades e mentiras

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/cartilha-detalha-verdades-mentiras-contidas-reforma-administrativa>

3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

PEC 32/2020 — Portal da Câmara: X (7475) Roundcube Webmail - W: X PEC 032/20 - Reforma Administr: X PEC 32/2020 — Portal da Câmara: X +

camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083

Poder Executivo, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC
- Plenário Virtual

PLENÁRIO VIRTUAL - PLENÁRIO

Apresentação do Requerimento de Informação n. 1275/2020, pelo Deputado André Figueiredo (PDT/CE), que "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição

Ver mais

SENADO FEDERAL

Não há tramitação no Senado

REGIME DE TRAMITAÇÃO

Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Entenda

Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 01/06/2021
Ivan Valente (PSOL-SP)
- 27/05/2021
Paulão (PT-AL)
- 27/05/2021
Paulo Guedes (PT-MG)
- 27/05/2021
Vicentinho (PT-SP)
- Mais discursos

23:19
POR
PTB2 09/06/2021

The screenshot shows a web browser window with the URL www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/pec-032-20-reforma-administrativa. The page is titled "AGENDA" and "REUNIÕES". Under "AGENDA", it says "HOJE quarta-feira, 09 de junho" and "Não há eventos programados para esta data." Under "REUNIÕES", there is a calendar for "JUNHO 2021" with the 9th highlighted. Below the calendar is a search section titled "PESQUISA" with a "Palavra-chave:" field, "Data inicial:" (09/06/2021), and "Data final:" (09/06/2021) fields, and a "BUSCAR" button. The browser's taskbar at the bottom shows various icons and the system tray with the date "09/06/2021".

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- 09/06/2021

Andamento:

PLENÁRIO (PLEN)

- Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos termos § 2º do art. 202 do Regimento Interno. Publicado em DCD Extra do dia 09/06/2021
Inteiro teor (LINK DE ACESSO)

- **Data:**

09/06/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE

"ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Recebimento pela PEC03220.
- Instalada a Comissão Foi eleito Presidente o Dep. Fernando Monteiro (PP/PE)
- Designado Relator, Dep. Arthur Oliveira Maia (DEM-BA)
- Prazo para Emendas à Proposta de Emenda à Constituição (10 sessões a partir de 10/06/2021)

5 – Enquete da PEC 32

Proposta de Emenda à Constituição
PEC 32/2020

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA
Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

ENTENDA A PROPOSTA
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) Saiba mais

AUTOR
Poder Executivo

SITUAÇÃO
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de

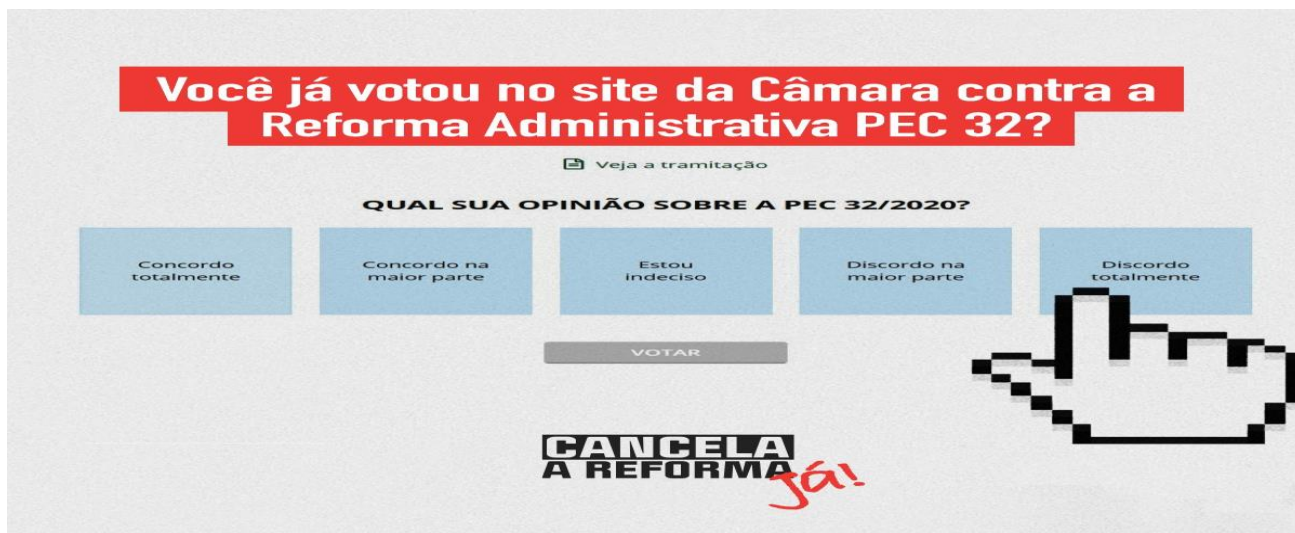
Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?
PREFIRO ESTA VERSÃO
Versão anterior desta ficha

SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA
Vote na enquete

QUEM VIU ESTA PROPOSTA
Viu também

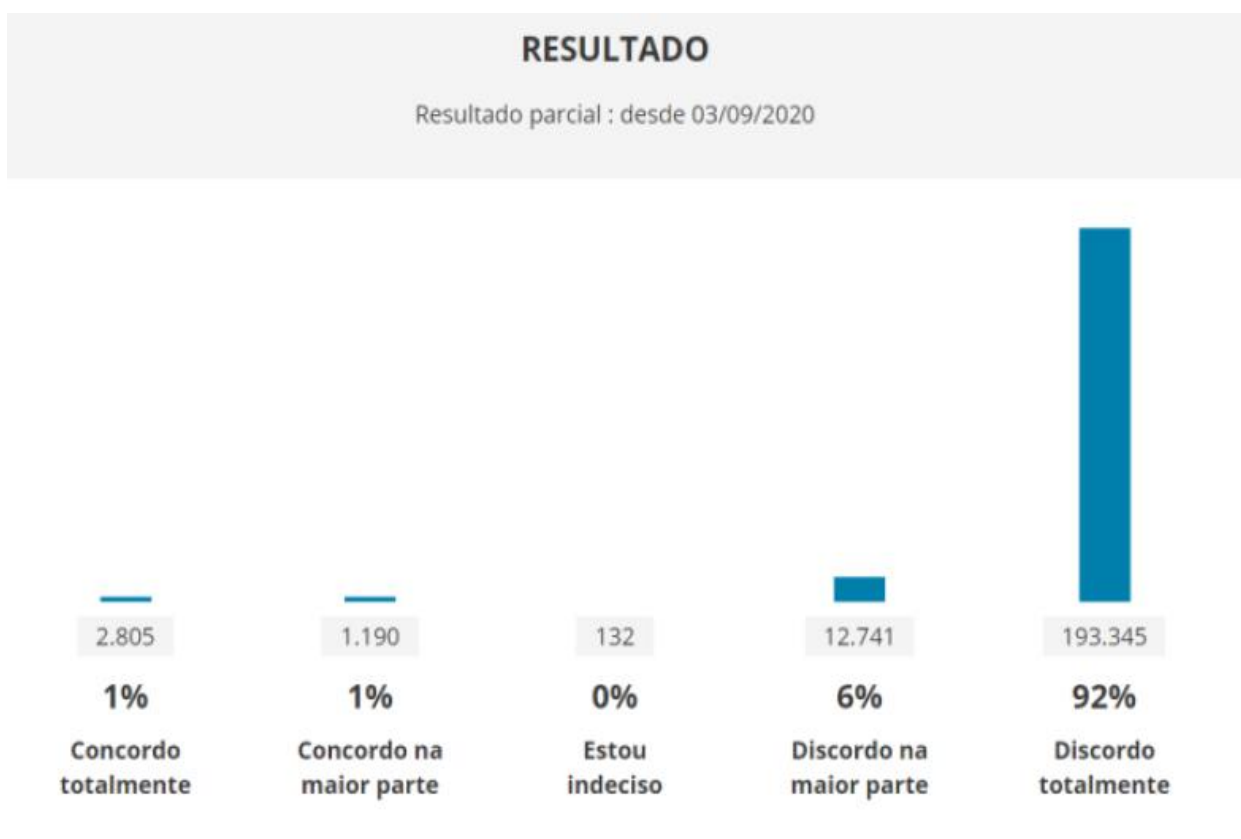
VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>



6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 09 de junho (23:45)



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

8 – Agenda do dia de hoje

NENHUMA REUNIÃO PREVISTA